

A FEMINIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Angela Maria Venturini
Mestra em Psicologia Social e da Personalidade/FGV
Instituto Superior de Educação do RJ/ISERJ
angelamaria.venturini@gmail.com

Katia Barroso Thomasi
Graduada em Magistério de Educação Infantil com ênfase em Educação Especial/ISERJ
katiathomasi@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de abordar a questão do gênero na Educação Infantil. Para alcançar este objetivo buscou-se embasamento teórico em autores como Carvalho (1999 e 2005), Cerisara (1996), Sayão (2002) entre outros que abordam a questão do gênero na Educação Infantil. A fundamentação teórica sobre o assunto baseou-se em uma pesquisa com levantamento bibliográfico e legislações, com a finalidade de ampliar o conhecimento e desenvolver este estudo, levantamento das matrículas, por gênero, de 1999-2007, para o CNS, no ISERJ; e relatos de um professor e uma professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental e uma professora da Educação Infantil sobre a temática .

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Feminização.

ABSTRACT

This final work has the aim of study the Children Education's genre question. To reach this aim searched for theoretical foundation on authors like Carvalho (1999 and 2005), Cerisara (1996), Sayão (2002) among others that approach genre question in Children Education. That basis about the subject was made of bibliographic and legislation researches to improve the knowledge of why the Children Education is a feminine space, the survey of register, by genre, from 1999 to 2007, to CNS, at ISERJ, and reports of a male teacher and a female teacher of the early years of elementary school and a female kindergarten teacher on the subject.

Key-words: Children Education. Genre. Feminization.

INTRODUÇÃO

A figura do professor é caracterizada atualmente por alguém que necessita de uma formação onde tenha uma concepção de criança como sujeito histórico, social,

cultural, biológico, entre outros. Que acumule conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança; seja crítico, criativo, que tenha essas diversas potencialidades e habilidades que desenham o seu perfil profissional.

Este profissional deve ser alguém polivalente, capaz de dar conta de todas as ações pertinentes ao atendimento do infante, da articulação dos conteúdos para desenvolvimento de projetos e que também saiba identificar as necessidades básicas dessa faixa etária. Somente a mulher se encaixa nesse perfil?

Desde a Segunda Guerra até os dias atuais, a família vem sofrendo grandes transformações com relação às ideias sobre infância, sobre o lugar social destinado às mulheres e nas relações entre os sexos, como o testemunham os intensos debates no interior da sociologia da família. (CARVALHO, 1999, p. 72).

Cabe observar, que mesmo em meio a essas transformações no âmbito educacional, especificamente no que se refere às crianças de 0 a 5 anos, algumas ideias e conceitos sobre o Professor da Educação Infantil permanecem inalteradas.

E mesmo sendo assegurada como direito daquela de 0 a 5 anos pela Constituição Federal de 1988, e considerada como primeira etapa da Educação Básica a partir da LDB de 1996, a Educação Infantil ainda passa pelo processo de construção de sua Identidade.

Pois, histórica e culturalmente, na sociedade, a mulher sempre esteve encarregada de educar e cuidar dos filhos. Segundo Carvalho (1999), com a entrada da mulher no mundo de trabalho associou-se a ela essa função, visto que já a exercia no lar.

De certa forma a construção da imagem social do Professor da Educação Infantil teve origem na vinculação entre ensino escolar e família e entre mãe e professora, ou seja, na concepção assistencialista construída em uma “matriz enraizada nas ideias socialmente construídas de infância, de relação adulto-crianças e cuidado” (CARVALHO, 1999, p. 15).

Partindo desse conceito o trabalho docente passou a ser exercido, com o estereótipo de “missão feminina desde o período de consolidação como profissão até os dias atuais em que se constata flagrantemente a maioria de mulheres nesta função”. (ZIBETTI, 2000)

Diante dos fatos mencionados, serão discutidos alguns aspectos que buscam responder: O fato do trabalho docente na Educação Infantil se constituir, em sua maioria, por mulheres o torna uma profissão feminina? Quais as fronteiras entre o trabalho masculino e o feminino nestes espaços?

Ao confrontar-se com tais questões que surgiram de observações realizadas durante estágio na 1ª e 2ª Etapas da Educação Infantil do ISERJ, foi percebido que, apesar da perspectiva de trabalho na Educação Infantil se desenhar sob um novo olhar sobre a criança como agente histórico social, nos cursos de nível médio e de graduação que formam professores continua sendo, em sua maioria, palco que marca as diferenças de gênero do trabalho pedagógico.

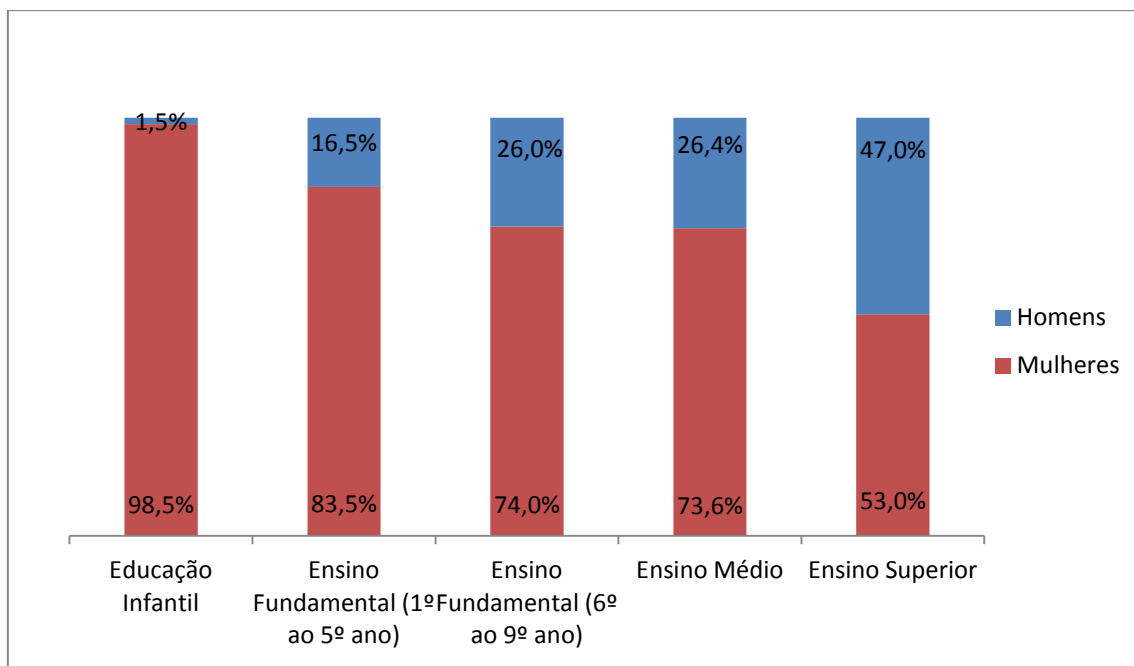
Baseado nesse paradigma de que a Educação Infantil é o universo onde o trabalho com crianças de 0 a 5 anos é exercido em sua maioria por mulheres, o objetivo desse estudo é fomentar o debate acerca da combinação, casa e escola, mãe e professora, muitas vezes chamada de tia pelos educandos. Esses profissionais desenvolvem atividades de cuidado disfarçadas em educação de forma diferenciada de suas famílias, mas em complementaridade com as mesmas.

Dessa forma, procurar-se-á contribuir para a reflexão de como se dá a contaminação das práticas femininas domésticas com a prática profissional dos professores de creches e pré-escolas.

Só a título de análise e prosseguimento do trabalho de pesquisa, na Educação Infantil esse quadro dicotômico de gênero é bem definido onde:

[...] há aproximadamente 94% de mulheres que atuam na docência na educação pré-escolar no Brasil. No entanto, embora em um número bastante reduzido - em torno de 6% - constata-se a presença de homens atuando como docentes. (SAYÃO, 2002, p.1).

Quando pesquisados outros segmentos de educação, como Ensino Superior, Ensino Médio e Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), pode-se perceber uma diferença nesse painel, a presença masculina já é uma constante, como está revelado no quadro a seguir:



Fontes: Relações Anuais de Informações Sociais (Rais) de 2003, do Ministério do Trabalho, e dados parciais do Censo dos Profissionais do Magistério de 2004, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/Mec).

Esse dado de 1,5 %, do sexo masculino na Educação Infantil, fornecido pela RAIS, 2003, e pelo INEP, 2004, encontra-se em desacordo com o citado por Sayão, 2002, de 6%, à página 03 deste artigo, reduzindo-o a 25%, ou seja, diminuindo o número de homens na Educação Infantil.

Vale apontar que no próprio Curso Normal Superior se desenha esse painel, pois são poucos os homens, formados com habilitação em Educação Infantil. O que se constata ao se pesquisar a lista de formados daquele Curso apresentado nas Considerações Finais deste trabalho, à página 12.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho cujo objeto de estudo é a Feminização na Educação Infantil foi desenvolvido sob a perspectiva da abordagem qualitativa. Para tal o objetivo foi alcançado através de levantamentos bibliográficos em autores tais como: Carvalho (1999), Cerisara (1996), Sayão (2002) e outros que abordam a questão de gênero na Educação Infantil.

Carvalho (1999) realiza um debate teórico do feminismo – “do feminino ao gênero” em uma abordagem que demonstra as marcas da presença feminina na educação a partir de uma categoria denominada “cuidado”. Para fazer esse debate pouco explorado no campo teórico, debruça-se em algumas autoras ligadas ao “feminismo da diferença” norte-americano como Chodorow (1990) e Gilligan.(s.d)

Segundo Hall (2006: 49-50) o feminismo introduziu aspectos inteiramente novos na sua luta de contestação política, na medida em que abordou temas como família, sexualidade, trabalho doméstico, o cuidado com as crianças. Além disso:

‘ênfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)...aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres, expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero’.

Surge então uma visão mais ampla do conceito de gênero, distinto da visão simplista bipolar de sexo.

‘A partir dos anos 60, reside uma tensão contínua entre a necessidade de construir a identidade mulher e dar-lhe um significado político e sólido e a necessidade de destruir as próprias categorias mulher e homem, negando a legitimidade da diferença sexual como explicação e causa da desigualdade’.
(CARVALHO: 1999, p. 19).

O conceito de gênero está presente não só na experiência doméstica, mas em todos os sistemas econômicos, políticos ou de poder.

Cerisara (1996) levanta algumas questões para se entender a feminização enquanto um processo que tem consequências contraditórias tanto sobre a organização do trabalho em creches e pré-escolas como sobre a identidade destes profissionais. O esforço é no sentido de refletir a respeito da positividade destas formas femininas de relacionamento e de organização do trabalho das profissionais, em especial para o trabalho que devem realizar com crianças de 0 a 5 anos.

Rosemberg e Amado (1992) destacam os eixos fundamentais da socialização feminina, a maternagem e o trabalho doméstico, pois tanto na esfera doméstica como na esfera pública a responsabilidade pela educação e cuidado das crianças é das mulheres, uma vez que são criadas para isso.

Essa é uma questão histórica e cultural, a atribuição da educação se deve ao universo feminino, carregando as marcas culturais da maternagem, ou seja, as marcas culturais do feminismo.

Comenius (2002) considerado o pai da Didática, em sua obra que influenciou o trabalho docente: a ‘Didática Magna’, publicada em 1627, no Século XVII, define que a profissão de professora vai se consolidando como um trabalho feminino de modo que a educação infantil esteja sob a responsabilidade de uma mãe educadora, ou segundo Froebel (1826) de uma “jardineira”, ou “tias, pajens e auxiliares”, nas últimas décadas, segundo Kishimoto (2000).

UMA NOVA VISÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A valorização e o sentimento atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são concebidas e difundidas, tendo sido modificadas a partir de mudanças econômicas e políticas na estrutura social. Percebe-se essas transformações em pinturas, diários de família, testamentos, igrejas e túmulos, o que demonstram que família e escola nem sempre existiram da mesma forma.

Importante abordar nessa discussão sobre as políticas públicas brasileiras para a Educação Infantil e a formulação de políticas públicas visando à superação da questão do sexismo na educação e das desigualdades de gênero, contemplando as mais variadas formas de construção da feminilidade e da masculinidade.

A partir da década de 30 é que o poder público começa a cuidar de creches para trabalhadoras, depois de muitas lutas e greves. O caráter assistencialista é a marca do período, além da culpabilização das mulheres por não estarem se dedicando às suas obrigações de mães da forma devida.

As alterações no mundo de trabalho, dos anos 60, que ocorrem junto ao movimento feminista, dão início ao surgimento dos serviços educacionais para crianças de 0 a 5 anos, a maioria de caráter privado, e coloca em questão o assistencialismo das políticas públicas do setor.

No fim dos anos 80 várias legislações brasileiras foram sancionadas, que foram de suma importância para a educação infantil, dentre elas deve-se destacar a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96; o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172/2001 e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998; entre outras; constituem instrumentos de referência para a construção de políticas públicas de educação no Brasil.

O RCNEI tem como característica principal servir como reflexão educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 5 anos.

Esse referencial serve como transmissão de valores de igualdade e respeito entre pessoas de sexos diferentes, em alguns trechos são utilizados o termo meninos e meninas e não crianças, esse aspecto ressalta a construção da identidade de gênero e da própria sexualidade, isso demonstra que meninos e meninas tenham padrões além dos estereotipados de gênero.

O RCNEI aborda o papel dos docentes na descaracterização de gênero nas relações infantis, quase sempre carregadas de sentidos para o que é ser menina e o que é ser menino:

O espelho continua a se fazer necessário para a construção e afirmação da imagem corporal em brincadeiras nas quais meninos e meninas poderão se fantasiar assumir papéis, se olharem. (Brasil, RCNEI, 1998, v. III, p. 32.)

Nesse sentido, de acordo com Vianna e Unbehaum (2001) o Referencial indica um importante avanço em política pública para a educação infantil. Ao chamar a atenção para o caráter social do gênero e da sexualidade, esse documento problematiza o determinismo biológico, estimulando o professor a perceber que as percepções de ser menino ou menina são construídas nas interações sociais estabelecidas desde os primeiros anos de vida.

Segundo Faria (2006) o sexismo pode afetar o crescimento de meninas e meninos, inibindo suas manifestações na infância e impedindo que se tornem seres completos ou para limitar suas iniciativas e suas aspirações.

Entender o sexismo é compreender que o mesmo está ligado ao modo como a nossa sociedade enxerga as diferenças entre os sexos, com base, exclusivamente, nas características físicas tidas como naturais e imutáveis.

A escola sempre foi um local que exerceu uma prática de distinção, sempre separou os ricos dos pobres, os adultos das crianças, os católicos de protestantes e imediatamente os meninos das meninas (LOURO, 1997).

A partir de 1827, com a primeira lei do ensino que representou um marco para a mulher, onde a escola, por muito tempo, foi um espaço só para meninos, as meninas tiveram o direito de serem educadas, porém, recebiam uma educação diferenciada.

Essa separação se dava também com relação à docência, pois, somente os homens lecionavam Geometria e recebiam salários considerados altos, já às mulheres restavam às disciplinas de habilidades manuais e estéticas.

Esses documentos confirmam o movimento no sentido de reconhecer a Educação Infantil destinada às crianças de 0 a 5 anos como a primeira etapa da educação básica, sendo indispensável à construção da cidadania, garantida na Constituição.

Em 1994, a proposta intitulada Política Nacional de Educação Infantil determinava que fosse tarefa do Estado assegurar a educação da criança a partir do seu nascimento, em complementaridade com o papel e as ações da família nessa função.

EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE CUIDAR X EDUCAR

De acordo com autores como Kramer (1994) e Codo (1998), a identidade docente na educação infantil se justifica por uma relação entre o cuidar e o educar existente nas salas da educação infantil.

Estes aspectos são expressos nos vínculos da identidade da professora com parentes (tia, mãe) e no próprio atendimento às necessidades básicas da criança.

Em pleno século XXI, pode-se constatar que essa ainda é uma concepção vigente nas escolas que oferecem a educação infantil. Mas, de todo modo torna-se importante destacar que, embora de maneira tímida, o percentual de professores do sexo masculino seja mínimo, ele é existente e tais perspectivas apontam para um cenário de mudanças que se estende à busca de uma identidade para o profissional desta modalidade de ensino.

Até hoje a maior parte dos docentes em Educação Infantil são mulheres. Segundo Apple (1988) o trabalho remunerado feminino é composto por duas divisões, uma está relacionada com uma divisão vertical do trabalho, ou seja, as mulheres se constituem em um grupo que está em desvantagem em relação aos homens, no que diz respeito às condições de trabalho, a segunda divisão é a divisão horizontal, onde as mulheres se concentram em determinados tipos de trabalho, com isso são maioria em trabalhos de escritório e docência, por exemplo.

Apple define o trabalho feminino como propenso à proletarização, segundo ele:

“O trabalho da mulher é considerado de alguma forma inferior ou de menos *status* pelo simples fato de ser uma mulher quem o faz” (1988, p.16). “[...] o suposto “jeito para cuidar” feminino, as qualidades empáticas, “naturais” das mulheres e seus salários relativamente baixos tornavam-na ideais para ensinar em tais escolas” (1988, p. 19).

Com a entrada, praticamente total, das mulheres no magistério da Educação Infantil, este se feminizou, tendo atributos associados às mulheres, como amor, cuidado, sensibilidade, delicadeza, entre outros. O papel das professoras passou a ser também o de “mães espirituais” e os alunos a ser percebidos como seus próprios filhos (LOURO, 1997).

Carvalho (2005, p. 95), afirma que a cultura compreende a masculinidade e a feminilidade em termos bipolares; assim, o trato com as emoções seria considerado terreno feminino, o que permite apreender melhor as dimensões de feminização da

Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As emoções e o cuidado infantil são tidos como femininos e, feminino é entendido como sinônimo de mulheres.

OS RELATOS EM QUESTÃO

Este tópico é um recorte de uma pesquisa entre docentes de anos iniciais e educação infantil: duas professoras e um professor são os/as sujeitos deste estudo.

O primeiro relato é de um professor do 5º ano, que destaca a importância de que se trabalhe com a afetividade das crianças e a resistência que estas apresentam, pelo menos no início, quando o professor é um homem:

[...] no início é sempre meio complicado. Por um lado aparece o “professor”, que é completamente diferente do habitual [a professora]. Mas no começo é bem mais complicado, pela reação [das crianças]. Eu acho que no final eu até consigo trabalhar bem esta questão, sabe. Eu acho que é importante a gente trabalhar a questão da afetividade com as crianças, justamente no sentido de ter esse diálogo, essa abertura, que facilita todo o trabalho (Relato do professor, LUSA & FERREIRA, 2009, p. 3).

O professor fala da dificuldade que os professores homens têm em se aproximar das crianças, particularmente, dos meninos, que apresentam maior resistência.

A professora da educação infantil, afirma sobre o significado de ser professora/mulher sob outra perspectiva, para ela é errado que se compreenda a “profissão professor/a” como uma profissão da mulher.

Ela afirma que os pais, que são homens, também, educam no sentido de cuidar, afirma, também, que há uma divisão das tarefas entre homens e mulheres: os homens assumem cargos mais administrativos, como diretores e a mulher é vista como “a professora”, principalmente na educação infantil.

A professora do primeiro ano do ensino fundamental (EF) faz uma retrospectiva da sua vida docente, de acordo com ela, por morar em uma cidade do interior e pela mentalidade de seu pai, o que restava a ela fazer era o magistério, nessa cidade, segundo ela, as mulheres faziam magistério e os homens contabilidade:

[...] eu acredito que ser professora mulher é muito mais confortável do que ser professor, né... professor homem. Porque sempre há uma visão de que o homem está no lugar errado... (Relato professora do EF, LUSA & FERREIRA, 2009, p. 3).

Essa professora ainda justifica esse confronto, dizendo que quando trabalhava com pré-escola, aceitava estagiários do sexo masculino, percebia que as mães dos alunos ficavam meio tensas. Ela considera que os homens têm a mesma potencialidade

para trabalhar com as crianças, mas parece que não estão no lugar certo quando as mães começam a ficar tensas pela presença de estagiários homens juntos às crianças.

Isso define bem que há um preconceito ou estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivas, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas (SCOTT, 1995).

É necessário buscar a diversidade caracterizadora da identidade docente, considerando o cotidiano escolar de professores e professoras não como determinismos locais fragmentados e sim como um importante aspecto da organização social formadora de professores e professoras como sujeitos contraditórios e capazes de superar (GILLIGAN, 1982).

Segundo Bourdieu (1999, p.75) quando um homem ocupa uma profissão considerada feminina, duas situações opostas podem ocorrer: além do fato de que o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas, socialmente, designadas como inferiores, entre outras razões porque está excluída a ideia de que ele possa realizá-las; as mesmas profissões podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis quando realizadas por mulheres.

A partir dessa perspectiva, o homem pode ser vítima de preconceito nessa profissão ou sua inserção nessa profissão pode proporcionar que a profissão passe a ter maior valorização.

A presença masculina na docência da Educação Infantil tem se mostrado pouco representativa para que sejam possíveis mudanças nesse sentido e, as razões que mantêm o homem afastado dessa profissão ainda têm mitos e ideias arraigados sobre masculinidade, espaço profissional ocupado preferencialmente por mulheres, além dos baixos salários, condições inadequadas de emprego e baixo status da profissão.” (SAPAROLLI, 1996, p.39).

Carvalho (1998, p. 88), comenta os estereótipos e as perspectivas associadas ao homem de lidar com crianças pequenas:

Trata-se de pessoas do sexo masculino, lidando quotidianamente com expectativas, conceitos e tarefas culturalmente associados à feminilidade e que, uma vez que a estreita correlação entre feminilidade e mulheres, masculinidade e homens também é um pressuposto estabelecido, são igualmente expectativas, conceitos e tarefas estreitamente associadas às mulheres.

Porém, a presença do homem é necessária nesse universo infantil já que ele representa as características masculinas que são importantes para as crianças nessa faixa etária (SAPAROLLI, 1996).

O homem na Educação Infantil pode muitas vezes ser confundido pelas crianças pela figura de seus pais, nessa perspectiva o homem utilizaria características que são inerentes ao gênero masculino para atuar de forma semelhante à mulher, o que traria contribuições na educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos vemos que a educação infantil vem sofrendo importantes mudanças, dentre elas o tema gênero. Pois pudemos observar que os profissionais da Educação Infantil em sua maioria eram do sexo feminino, principalmente na função de professora e auxiliar. Para os homens até hoje o lugar de maior destaque é o de direção das instituições de ensino, como pode ser referendado no quadro a seguir da matrícula do ISERJ, no CNS, de 1999-2007, e, em especial, na escolha da ênfase em Educação Infantil.

INGRESSO POR GÊNERO NO CURSO NORMAL SUPERIOR DO ISERJ PERÍODO 1999-2007

ANO	FEMININO		MASCULINO		TOTAL
	Matrícula	%	Matrícula	%	
1999	177	89	22	11	189
2000.1	227	95	12	05	239
2000.2	072	90	08	10	080
2001	089	89	11	11	100
2002.1	091	91	09	09	100
2002.2	086	86	14	14	100
2003	179	89	21	11	200
2004	158	79	41	21	199
2005.1	075	74	26	26	101
2005.2	092	76	29	24	121
2006.1	099	82	21	18	120
2006.2	097	81	23	19	120
2007	188	94	12	06	200
TOTAL	1630	86	249	14	1869

Como pode ser observado, neste quadro, sobre o ingresso por gênero no Curso Normal Superior, CNS/ISERJ, no período que compreende os anos de 1999-2007, quando se iniciou o CNS (1999) e teve o seu último vestibular (2007), percebe-se que o percentual de ingresso do público feminino é de 86% e o do público masculino gira em torno de 14%, ressaltando a feminização do espaço escolar tanto para a EI quanto para

os anos iniciais do EF, já que esta tabela apresenta o quantitativo de todo o corpo docente que ingressou para aquelas duas modalidades de ensino.

Entretanto vale enfatizar que os ingressantes masculinos nos anos de 2004 e 2005, primeiro e segundo semestres obtiveram percentuais de 21, 26 e 24%, respectivamente. Algumas hipóteses aqui são levantadas: a necessidade de ter sido editada a chamada para concurso em nível superior pela FAETEC para o reconhecimento do CNS, em 2004, com posse em 2005 dos aprovados naquele concurso em várias áreas do conhecimento.

O CNS teve como corpo docente de 1999-2004, implementadores oriundos da SEEDUC, que foram incorporados ao quadro da FAETEC a partir de agosto de 2011.

Dos formandos masculinos até 31/08/2011, data da última colação de grau, apenas dois se formaram para atuar em EI com ênfase em Educação Especial. Para aqueles que ainda irão se formar, em número de 09, apenas dois se interessaram pela ênfase na Educação Especial, porém atuando na EJA, com o intuito de eliminar/minimizar o analfabetismo, dados estes apresentados por Venturini, 2012, XVI ENDIPE.

Em síntese, dos 249 discentes masculinos ingressantes no CNS, apenas 2 (0,008%) trabalharão com a EI, com percentual abaixo daquele do quadro apresentado por Rosemberg (2001), à página 04, na Introdução deste artigo.

Hoje em dia, embora com baixo índice, vê-se um número de homens trabalhando como docentes na Educação Infantil, porém mais expressivo quando comparado com o passado.

A questão do gênero exposta aqui, nesse trabalho, reflete o que ocorre na sociedade. Atualmente, vive-se em mundo marcado pela diversidade e com isso se torna fundamental que não se tenha uma ideia ou um pré-julgamento de que as diferenças sejam transformadas em desigualdades.

Cabe ressaltar que o gênero pertence a uma esfera social em que não há uma posição única, consensual e harmoniosa que represente a sociedade em sua totalidade.

Para a autora Lopes (1994, p.25) dois aspectos explicam a categoria de gênero como uma categoria relacional:

- Porque os estudos de gênero supõem que se estudem também os homens, não mais uma história de mulheres, mas também não mais uma história em que o universal pressupõe o homem e exclui a mulher;

- Porque leva em conta o outro sexo, um gênero se constitui culturalmente na sua relação com o seu outro, em presença ou ausência.

O gênero que foi abordado nesse artigo vai além do conceito biológico, também tem a sua categoria histórica, pois, o ser humano não é um dado resolvido no nascimento, pelas características biológicas de cada um, mas construído através de práticas sociais masculinizantes ou feminilizantes, de acordo com as diferentes concepções presentes em cada sociedade.

O papel da mulher na sociedade atual é discutido aqui nesse trabalho. No passado a mulher tinha um papel de submissão, de simplesmente servir, a ela restava sempre tarefas mais simples, não que cuidar de crianças ou educá-las sejam tarefas simples, mas para o homem cabiam as tarefas cujo modelo é racional ou técnico.

Carvalho (2005, p. 95) expõe a masculinidade e a feminilidade em termos bipolares; sendo as emoções consideradas no terreno feminino, o que permite apreender melhor as dimensões de feminização do ensino nos anos iniciais do EF. As emoções e o cuidado infantil são tidos como femininos e, feminino é entendido como sinônimo de mulheres.

O que se apresenta nesse trabalho é que a presença de homens e mulheres na Educação Infantil se faz necessária para que possam conviver com pessoas de ambos os gêneros, ampliando e integrando modelos tanto masculinos como femininos, criando a possibilidade da criança se adaptar na sociedade moderna, ou seja, convivendo com todas as diferenças, com toda a diversidade.

Portanto, o homem na sociedade atual está buscando a integração e a complementaridade entre o feminino e masculino e abrindo espaço para que ele possa lidar com a questão do afeto, do sentimento, da maternagem assim como práticas profissionais dentro das instituições de educação infantil. Colaborando para a ruptura da discriminação de gênero nas instituições voltadas ao cuidado e à educação das crianças de 0 a 5 anos e contribuindo para o processo de socialização de meninos e meninas.

A atividade de Professor da Educação Infantil está passando por um processo de transformação, o homem está descobrindo que tem potencial de desempenhar essa função.

A história do atendimento à criança de 0 a 5 anos era algo feito de qualquer maneira ou por qualquer profissional, desde que esse fosse uma mulher e tivesse todos os predicados para cuidar de uma criança. Este conceito está se transformando e a

Educação Infantil passa por um momento de profissionalização segundo as exigências das leis do Brasil.

Entretanto a Educação Infantil ainda carece de uma política nacional, que contemple não só a formação de profissionais da área, bem como, uma política orçamentária definida, objetivando que as crianças tenham um atendimento de excelência.

A Educação Infantil deve ser pauta de todas as discussões de governo, seja na esfera estadual, municipal ou federal. E que haja investimento na qualificação dos profissionais, para que estes possam atender à criança inteiramente, em todas as suas necessidades. Para tanto é preciso propor investimentos nos cursos de graduação e em educação continuada que permitam aos profissionais que já atuam ou que queiram atuar na educação, e em especial na Educação Infantil, independentemente do gênero, tenham uma vivência contínua de formação.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michel. *Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 64, fev. 1988, p. 14-23.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF: Lei n.10.172, de 9 de janeiro de 2001.
- BRASIL. *Referencial Nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. vol. 3.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394. Brasília, DF: Senado Federal, 20/12/1996.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- CARVALHO, Marília Pinto de. *Gênero e análise sociológica no trabalho docente: um palco de imagens*. In: PEIXOTO, A. M. C. e PASSOS, M. (orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 89-113.
- CARVALHO, Marília Pinto de. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.
- CARVALHO, Marília Pinto de. *Vozes masculinas numa profissão feminina*. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 6, 1998.
- CERISARA, Ana Beatriz. *A Construção da Identidade das Profissionais de Educação Infantil: Entre o feminino e o profissional*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- CODO, W. (org.) *Educação: carinho e trabalho*. UnB/CNTE, Petrópolis: Vozes, 1998.
- COMENIUS, Johann Amos. *Didática magna*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte*. Campinas, SP: Cadernos Pagu, n. 26, 2006.
- GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.
- HALL, Stuart. *Identidades Culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- ISERJ. *Manual para a elaboração do TCC*. Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia. Elaborado pela Profª Drª Regene Brito Westphal. Rio de Janeiro: ISERJ, 2010.
- ISERJ. *Quantitativo de matrículas para o CNS do ISERJ: 1999-2007*. Rio de Janeiro: Secretaria de Ensino Superior do ISERJ, 30/08/2011.

KISHIMOTO, T. *Formação de profissionais de Educação Infantil: prática reflexiva e perfil profissional*. Caxambu, MG: ANPED, 2000.

KRAMER, Sonia. *Currículo de educação infantil e a formação dos profissionais de creche e pré-escola: questões teóricas e polêmicas*. IN: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Departamento de Política Educacional, Coordenação de Educação Infantil. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Pensar categorias em história da educação e gênero*. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC- SP, São Paulo : EDUC, n.11, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUSA, Diana; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. *Representações de Gênero na fala de Três Docentes: Ser professora mulher e ser professor homem*. XVIII Congresso de Iniciação Científica. XI Encontro de Pós-Graduação. I Mostra Científica. Pelotas, RS: UFPEL Editora Universitária, 2009. CD-ROM

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9. n. 2, p. 515-540,dez. 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia, AMADO, Cristina. *Mulheres na escola. Cadernos de Pesquisa*, São Paulo : Cortez. Fundação Carlos Chagas, n. 80, p. 62-74, fev.1992.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. *A educação infantil e gênero: a participação dos homens como educadores infantis*. Psicologia da educação: revista do Programa de estudos pós-graduados em Psicologia da educação. São Paulo: EDUC, n. 6, 1996, p. 107-125.

SAYÃO, Deborah Thomé. *Relações de gênero na creche*. Caxambu, MG: ANPED. G.T Educação das crianças de 0 a 6 anos - G.T. 07, 2002

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

VENTURINI, Angela Maria. *CNS: retrato da resistência discente*. Campinas, SP: XVI ENDIPE, Unicamp, 2012. Livro 2 (24-32).

VIANNA, Claudia P. UNBEHAUM, Sandra. *Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago, 2001.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. *GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23*. GEPPEA /UNIR. Agência Financiadora: CNPq - marlizibetti@yahoo.com.br. 2000.

www.inep.gov.br Censo de Profissionais do Magistério, 2004.

www.mte.gov.br Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS, Relações Anuais de Informações Sociais, 2003. Acessado em 05/05/2010.